

CONSTITUINTE

# Empresários só querem eleição após a votação da legislação ordinária

por Heinar Gonçalves de São Paulo

O Fórum Informal — grupo composto por diversas entidades empresariais — divulgou ontem um documento que defende indiretamente cinco anos de mandato para o presidente José Sarney e o sistema presidencialista, já que propõe que mandato presidencial e regime de governo sejam definidos apenas depois do término dos trabalhos constitucionais e da promulgação das leis ordinárias e complementares.

O documento foi o resultado de uma reunião do Fórum que começou na última segunda-feira na sede da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e só terminou na terça-feira à noite, em um jantar na casa do presidente da Associação Comercial do Estado, Romeu Trussardi Filho. Ao final do encontro, Trussardi divulgou à imprensa a posição tomada pelos membros do Fórum de apoiar "a manutenção do atual regime de governo e do calendário eleitoral".

A principal reivindicação do Fórum foi a agilização dos processos de votação da Assembleia Constituinte para que a Constituição seja concluída "o mais breve possível", seguindo-se imediatamente a votação das leis complementares. Definindo a atual conjuntura político-econômica do País como "um momento de transição", Trussardi declarou ser necessário que "durante esse período de acabamento do texto constitucional não se fizessem modificações no regime de governo nem quanto ao período das eleições".

Segundo o presidente da Associação Comercial, a continuação da atual polémica sobre regime de governo e mandato presidencial "provocaria traumas que teriam repercussões nefastas, vindo a criar mais dificuldades à economia e a um setor social que já reflete as incertezas provocadas por essa discussão".

O documento divulgado

## Azevedo assina, mas não aprova

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O presidente da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), Eduardo Rocha Azevedo, um dos oito membros do Fórum Informal, opõe-se ao principal tópico do documento divulgado ontem pelo Fórum e que ele assinou: adiamento da definição do mandato do presidente José Sarney. Rocha Azevedo defende eleições em todos os níveis ainda em 1988 porque teme que o PMDB, "como partido majoritário, eleito por um engodo, consiga através de negociação fazer um primeiro-ministro, mantendo-se no poder", disse, embora defenda o parlamentarismo.

Adiar a definição do mandato presidencial para depois da promulgação da nova Constituição e da elaboração da legislação ordinária e complementar é, para Rocha Azevedo, uma posição de "ficar esperando que não dará em nada, só vai ficar pior".

"Não devemos temer que um candidato da esquerda radical como Leonel Brizola ou Lula (Luís Ignácio Lula da Silva) sejam eleitos, o empresário tem que apoiar um candidato que o represente e competir no voto", defendeu.

ontem pelos empresários do Fórum Informal não manifesta, em momento algum, o apoio explícito ao regime presidencialista e ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney, apesar de esta ser a proposta majoritária dentro do Fórum. Trata-se de um texto consensual que, para compor opiniões divergentes, demandou dois dias de discussões, para chegar à fórmula final de eleições somente após a entrada em vigor de toda a legislação complementar e a realização de amplas discussões sobre o sistema de governo.

Dos oito membros do Fórum Informal, apenas um não concordou com os termos do documento, sendo voto vencido na reunião.



Eduardo da Rocha Azevedo

Ao ser informado que o Fórum Informal havia divulgado o documento à imprensa, Rocha Azevedo ligou para os jornais para esclarecer sua posição divergente em relação ao texto.

Para o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, que patrocinou a elaboração do documento, se a Assembleia Constituinte definir um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, "esse assunto poderia sobrepor-se à própria elaboração da Constituição".

Eduardo da Rocha Azevedo, presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, declarou-se, logo após a reunião do Fórum, parlamentarista e a favor de eleições gerais ainda neste ano, para a formação de um parlamento com competência e respaldo político para eleger um primeiro-ministro.

Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, declarou que o documento não representa, em hipótese alguma, um compromisso dos empresários com o mandato presidencial de cinco anos. "A legislação complementar", disse Szajman, "pode muito bem ser aprovada em noventa dias após a definição do texto básico", desena-

Por isso, Trussardi quer ver terminada a Constituição e a legislação complementar — "indispensável e urgente" — primeiro para que posteriormente se realizem as eleições presidenciais. "Não nos fixamos em datas", disse o presidente da Associação Comercial, para explicar que o documento do Fórum Informal "não tem o espírito de defender o presidente José Sarney, embora apóie as mesmas posições do presidente".

Trussardi acredita que "a maioria do povo brasileiro prefere o presidencialismo", mas pessoalmente não optou por um dos sistemas de governo. "Tanto o presidencialismo quanto o parlamentarismo têm vantagens e desvantagens", afirmou.

Além de ter uma voz discordante dentro do próprio Fórum Informal, o documento divulgado ontem não agradou a todos os membros da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), como o presidente do Sindicato Interestadual das Indústrias de Máquinas (Sindimaq), Luiz Carlos Delben Leite. "A Constituinte deve ser livre. Se ela decidir que haverá eleições neste ano, devemos fazer eleição", disse Leite.

deando, a partir daí, o processo eleitoral.

Além de Trussardi, Azevedo e Szajman, também participaram da reunião do Fórum Informal os empresários Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Flávio Telles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira; Benedito Dario Ferraz, presidente da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários Sul e Centro-Oeste do Brasil; Fábio Salles Meirelles, presidente da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP); e Paulo de Queiroz, presidente do Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

## "Transição sem retrocessos"

Eis a íntegra do documento divulgado ontem pelos líderes empresariais paulistas:

Os empresários paulistas, reunidos em seu Fórum Informal, reafirmaram seu compromisso com a democracia e o pluralismo político, convictos de que o processo de transição democrática e ordenação institucional do País deve ser concluído o quanto antes, sem abalos, sem traumas e sem retrocessos.

Reconhecem, também, o caráter soberano da Assembleia Nacional Constituinte e consideram tão indesejável quanto perigoso, a essa altura da vida

nacional, o confronto entre os poderes Executivo e Legislativo. O momento político exige, ao contrário, a preservação das instituições, da lei e da ordem.

Mas, conscientes de sua responsabilidade econômica, social e política, os empresários de São Paulo sentem-se na obrigação de fazer um alerta: as discussões constitucionais não podem ocorrer em um clima de passionalismo; devem transcender os problemas do presente para balizar os caminhos do futuro.

E necessário que a escolha do futuro presidente da República seja a consequência, e

não a causa, dos debates constitucionais. Os designios do País são muito maiores do que a preocupação de aumentar ou diminuir o mandato do eventual ocupante do Palácio do Planalto.

A transição só estará completada após a votação das leis complementares. Não seria conveniente, portanto, a realização de novas eleições sem que uma legislação adequada esteja em vigor, sob o risco de vivermos um indesejável período de anomia.

No mesmo sentido, a mudança do sistema de governo deveria ser objeto de uma ampla consulta popular, uma vez que

nas eleições passadas essa questão nunca esteve em pauta nas plataformas dos candidatos a deputados e senadores, o que impediu que o assunto fosse convenientemente discutido com a sociedade.

Os empresários de São Paulo renovam, portanto, sua pregação em busca da união nacional, do equilíbrio e da estabilidade política, capazes de permitir que a sociedade brasileira avance rumo ao desenvolvimento econômico e à justiça social.

São Paulo, 16 de março de 1988

Mário Amato, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo; Romeu Trussardi Filho, Associação Comercial de São Paulo; Flávio Telles de Menezes, Sociedade Rural Brasileira; Benedito Dario Ferraz, Federação das Empresas de Transportes Rodoviários Sul e Centro-Oeste do Brasil; Abram Szajman, Federação do Comércio do Estado de São Paulo; Fábio Salles Meirelles, Federação da Agricultura do Estado de São Paulo; Paulo de Queiroz, Sindicato dos Bancos do Estado de São Paulo/Paraná/Mato Grosso/Mato Grosso do Sul; Eduardo da Rocha Azevedo, Bolsa de Valores de São Paulo.

## CNI sugere uma negociação

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), afirmou ontem que, de acordo com as consultas formuladas aos diversos setores, os empresários estão dispostos a participar de uma ampla negociação envolvendo a classe política e o governo em torno da aprovação do parlamentarismo, com cinco anos de

mandato para o presidente José Sarney, no caso de um impasse sobre a matéria durante a votação da próxima semana. Segundo a Agência Globo, a negociação incluiria um acordo sobre dispositivos da ordem econômica. Albano Franco, diz que os setores ouvindo apóiam o nome do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, para o cargo de primeiro-

ministro, a partir de janeiro de 1989.

Conforme o presidente da CNI, essa posição foi praticamente acertada na última reunião da União Brasileira dos Empresários (UBE) e vem sendo fortalecida ao longo desta semana nos diversos contatos que os principais setores empresariais vêm mantendo acerca de um eventual impasse na Constituinte, ou seja, o surgimento do "buraco negro" na questão do sistema de governo.

## Mandato depende do regime, diz Fogaça

"A aprovação do sistema presidencialista de governo está umbilicalmente ligada à aprovação do mandato de cinco anos." O raciocínio é do senador José Fogaça (PMDB/RS), parlamentarista, que acredita que, com a vitória do presidencialismo, haverá uma composição de forças com parlamentaristas a favor dos cinco anos, "permitindo uma vitória folgada na votação do mandato presidencial". O senador Humberto Lucena (PMDB/PB), autor da emenda presidencialista, reconheceu que a grande maioria dos constituintes que votarão neste sistema de governo é cincoanista, conforme a Empresa Brasileira de Notícias (EBN).

No caso de vitória do regime parlamentar, José Fogaça acredita que haverá "um grande indicio de se aprovar o mandato de quatro anos". Segundo ele, na votação do mandato, partidos como o PT e o PDT, que votarão pelo regime presidencialista, irão votar pelos quatro anos de mandato, somando-se mais 38 votos, que representam o total das duas bancadas.

A adoção do sistema parlamentar já no governo José Sarney e cinco anos de mandato, é uma hipótese

também não descartada pelo senador. Porém, ele acredita ser mais fácil aprovar os quatro anos do que implantar o parlamentarismo já.

### MATERIAL BÉLICO

O plenário da Constituinte rejeitou ontem uma tentativa de incluir na competência exclusiva do Congresso Nacional a autorização de compra e de venda de material bélico ao exterior. A emenda foi apresentada pelo deputado Paulo Delgado (PT-MG) e foi derrotada por 340 votos contra 97, conforme relato da Agência Globo.

Ainda na área da competência do Congresso, a Constituinte rejeitou, também ontem, proposta do deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e do senador Itamar Franco, que pretendia incluir nessa competência a autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos estados e dos municípios. A emenda previa também a autorização pelo Congresso de operações realizadas pelo Tesouro Nacional no Exterior envolvendo a venda das reservas de ouro do País ou a obtenção de liquidez financeira.

## Prefeitos lutam por reeleição

Os prefeitos do Estado de São Paulo vão pressionar a Assembleia Nacional Constituinte para mudar o texto do artigo 16 da nova Constituição, que, nos parágrafos 50 e 90, aprovados no último dia 2 de março, proibiu a reeleição para cargos municipais e torna ineleigíveis os parentes.

A Agência Globo conta que a decisão foi tomada ontem por cerca de cem prefeitos do interior paulista durante uma reunião realizada pela Associação dos Prefeitos do Estado de São Paulo (APESP), no auditório da Secretaria do Interior.

### Retificação

Na matéria "Vota-se primeiro o regime", publicada na primeira página na edição de ontem, há um erro de redação na frase "O presidente voltou a manifestar sua preferência por um mandato de cinco anos com um sistema parlamentarista de governo". A frase correta é: "O presidente voltou a manifestar sua preferência por um mandato de cinco anos com um sistema presidencialista de governo".